

AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES, A REGULAMENTAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO – APONTAMENTOS PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA¹.

Ricardo Rezer

Doutorando em Educação Física (UFSC)
Professor do Curso de Educação Física da UNOCHAPECO

Juarez Vieira do Nascimento

Doutor em Educação Física (U. PORTO)
Professor do Departamento de Educação Física da UFSC

RESUMO

Este artigo tem por objetivo refletir acerca das implicações da implantação das Novas Diretrizes Curriculares e do processo de Regulamentação no processo de formação pertinente ao campo da Educação Física. Esta conjuntura vem trazendo diversas conseqüências e, compreender melhor este processo, trata-se de condição sine qua non no caminho do esclarecimento e da autonomia. A partir de alguns apontamentos, pretende-se apresentar argumentos que possam contribuir com novos elementos que permitam a ampliação deste debate no cenário da Educação Física brasileira.

ABSTRACT

This texts aims to discuss about implications of implantation of New Curricular Lines of Direction and the process of Regulation in the process of formation, which is pertinent to Physical Education context. This conjuncture brings different consequences, and understanding better this process is condition sine qua non in the way of autonomy and clarification. By some pointed subjects, this discussion aims to present arguments that may contribute with new elements that permit the magnifying of this debate on the context of Brazilian Physical Education.

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo refletir sobre las implicaciones de las Nuevas Directrices Curriculares del Proceso de formación pertinente, y del proceso de Regulación en el proceso de formación pertinente al campo de educación física. Esta conjuntura nos trae diversas consecuencias y, comprender mejor este proceso, se trata de condición de sine qua non en el camino del esclarecimiento y de la autonomía. A partir de algunos apuntamientos, se pretende presentar argumentos que puedan contribuir con nuevos elementos que permitan la ampliación en este debate del cenario de la educación física Brasileña.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS...

Pode-se perceber um momento histórico complexo na Educação Física brasileira, marcado por disputas político-intelectuais, pautadas por diferentes projetos que propõem distintos caminhos para o ensino superior nesse campo. A configuração dos processos de

¹ Este artigo trata-se de uma síntese das considerações introdutórias desenvolvidas no Projeto de Tese de Doutorado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFSC.

formação profissional estabelecida pelas Novas Diretrizes Curriculares (políticas para o ensino superior), pelo CONFEF² (regulamentação), entre outros elementos conjunturais, tem apresentado algumas tendências que vão nortear os processos de formação profissional no campo da Educação Física na contemporaneidade.

Aparentemente, estas transformações têm atuado mais no sentido de contribuir para que os processos de formação profissional estreitem suas relações com o mercado, do que propriamente, enfrentem/questionem este mercado³. Ou seja, a economia vai influenciando, de certa forma, os processos de formação profissional, que têm se voltado, de forma gradativa, mas concreta, para um atendimento a demandas de mercado.

Esse contexto tem promovido significativas transformações no cotidiano da Educação Física brasileira. Como exemplo, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (HUNGER et al, 2006) apresentam informações que evidenciam o aumento significativo de cursos de Educação Física nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras nos últimos oito anos. Em 1991, havia 117 cursos de Educação Física no Brasil. Em 2004 esse número saltou para 469.

Ainda recorrendo a dados do INEP, observa-se que no estado de Santa Catarina, em 1996, o percentual de IES públicas representava 22,9% do universo do ensino superior no estado. Em 2004, este número diminuiu para 11,1%, cabendo as IES privadas, comunitárias ou confessionais, 88,9% desse contexto. Isso representa uma expansão do ensino superior privado no estado, que pode ser referência para destacar o aumento desse percentual no contexto nacional. Cabe destacar que, os dados apontam para um processo de privatização do ensino superior brasileiro, visto estatísticas do próprio INEP. O crescimento das IES privadas no contexto nacional foi de 100,7% no período compreendido entre 2000 e 2004. Isso caracteriza uma investida maciça da iniciativa privada, concentrando seu avanço nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, principalmente (não por acaso, regiões de maior renda *per capita* do país).

Esses elementos iniciais se apresentam como ponto de partida, a fim de perceber que este panorama não se constitui naturalmente, mas sim, a partir de um contexto maior. Partindo disso, o objetivo central desse texto se manifesta na perspectiva de refletir acerca das implicações da implantação das Novas Diretrizes Curriculares e do processo da Regulamentação no processo de formação inicial no campo da Educação Física brasileira, relacionando esta discussão com a estrutura contemporânea do campo da Educação Física.

Embora este tema referente esteja em discussão em muitas instâncias (textos, teses, dissertações, etc.), não se tem conhecimento de trabalhos que abordem as questões norteadoras desse estudo a partir do recorte proposto.

O panorama apresentado anteriormente tem estabelecido complexos desafios aos professores que constituem os cursos de Educação Física, caracterizando um período histórico pautado por diferentes abordagens. Há algumas mais ligadas a uma discussão epistemológica, outras mais voltadas para questões legais, algumas voltadas para a adequação frente à nova conjuntura que se ergue, ou ainda, traçando relações críticas com o mundo do trabalho, com outras profissões e/ou com a conjuntura social, política e econômica contemporânea, entre outras.

Isso vai constituindo diferentes posições teórico-políticas, onde as diferentes formas de lidar com o conhecimento construído na Educação Física ao longo de sua história têm promovido diversos “cortes” epistemológicos que, de maneira decisiva,

² Conselho Federal de Educação Física.

³ É preciso ter clareza de que a influência do mercado não pode ser ignorada, mas também é preciso marcar a posição de que essa não pode ser a finalidade última de um processo de formação profissional. Acerca de questões como esta, ver: VAZ, A. Regulamentação da “profissão”: desejos e malestares. *Revista Movimento*, v.7, n.14, Porto Alegre, 2001.

influenciam os processos de formação desse campo. Nessa direção, as discussões pertinentes ao processo de regulamentação vêm trazendo em sua esteira diversas conseqüências e, compreender melhor este processo trata-se de condição *sine qua non* no caminho do esclarecimento e da autonomia.

A regulamentação, de acordo com Sautchuk (2005), é uma forma de controle social, a fim de impor limites, no sentido de restringir a livre atuação profissional. Tal propósito se manifesta de forma concreta ao final do século XX, “quando as atividades físicas transformam-se em mercadoria, proporcionando a relação de compra e venda de serviços nas academias, escolinhas esportivas, etc.” (p.366). O mesmo autor afirma ainda, que o processo de regulamentação está firmado em três princípios: a relação de consumo (alvo da regulamentação), a saúde (que justifica a regulamentação como medida de proteção social) e a ciência (que procura conferir legitimidade e exclusividade aos diplomados).

Nessa direção, constitui-se um momento histórico que aponta para uma mudança no epicentro do processo de formação profissional no campo da Educação Física. Da possibilidade de pensar a formação inicial como um meio de contribuir em um processo de transformação social, se apresenta a perspectiva de acomodação social, a partir dos ditames do mercado de trabalho, visto a preocupação principal com a inserção “eficiente” dos estudantes em postos de trabalho (mesmo que estes espaços de trabalho estejam cada vez mais precários). Nesse caminho, o discurso do empreendedorismo vai se constituindo/consolidando e já não basta mais ser professor, mas um “profissional”, transformando as relações com o mundo do trabalho em prestação de serviços, sob a lógica da liberalização.

O que cabe questionar é, existe escolha ou os sujeitos são apenas levados a um *modus vivendi*, sem possibilidades de negociação? Qual o papel dos professores de Educação Física? Da universidade? O papel da Universidade é atender demandas de mercado, ou ainda é possível negociar, recusar e duvidar desta figura chamada mercado? Em muitos casos, “atender demandas de mercado” passou a ser a grande alavanca propulsora dos processos de formação profissional e a “razão de ser” do processo de regulamentação, deixando de perceber a necessidade de promover, o quanto ainda se possa, mecanismos de resistência ao processo de ‘individualização’ da sociedade contemporânea, através de uma lógica que remete ao ‘livre’ comércio de prestação de serviços, em uma corrida que ‘cega’ frente aos desafios do tempo atual⁴.

Nessa direção, o caminho da especialização, sob a lógica da formação profissionalizante, é uma evidência concreta. De acordo com Berticelli (2006), esta especialização só foi possível mediante uma correspondente objetivação extrema, onde o método se tornou, ao longo da história, um caminho mais apertado e unidimensional.

Isso tem culminado em um modo disciplinar de perceber o ser humano e suas relações com o mundo. Assim, o processo de especialização para o exercício da docência, pode ser pensado como conseqüência preocupante de uma onda que vem arrastando a história da humanidade para um caminho obscuro, com uma competência técnica digna dos maiores especialistas.

A reconfiguração das Diretrizes Curriculares, em muito, se apresenta nesse sentido, ou seja: os processos de formação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras não

⁴ Esse processo de individualização conduz a um paradoxo, conforme Stein (apud Berticelli, 2004, p. 59), pois, “muitos indivíduos, na era das comunicações assumem uma postura de incomunicação”. Nessa direção, o autor questiona a ‘produção’ cada vez maior de indivíduos que tem interesse em buscar solitariamente sua realização num ambiente no qual a comunicação com os outros se faz, em grande parte, dispensável. O ‘treinamento personalizado’ (*personal trainer*), com tudo que isso implica, parece constituir uma evidência que confirma seriamente as afirmações de Stein.

se apresentavam de forma competente nos processos de formação no campo da licenciaturas. Ao invés de investir/fomentar/propor uma formação mais densa, a solução se apresentou no processo que culminou com a Resolução CNE/CP 01, de 18 de fevereiro de 2002, que instituiu as **Diretrizes Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura**, e a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**.

Sobre este assunto, Molina Neto e Molina (2003) comentam que os modelos curriculares vinham evidenciando um hiato entre o ensino acadêmico e diferentes práticas da atividade profissional. Neste sentido, o CNE (Conselho Nacional de Educação), ouvindo diferentes segmentos profissionais, oferece a atual formulação curricular, na qual acaba de fragmentar, de vez, o exercício da atividade profissional. Nessa formulação, inspirada pelo ícone da flexibilização, o CNE põe fim ao chamado currículo mínimo, propondo diretrizes curriculares nacionais, e fragmenta, definitivamente a formação de professores de Educação Física.

Um aspecto a destacar, conforme Kunz (2003), é que a formação profissional em Educação Física vem recebendo mais influências transformadoras a partir de novos ordenamentos legais, do que da produção intelectual dos profissionais que atuam nesse campo.

Como consequência, os indicativos apontam para um processo, a longo prazo, de ainda maior fragmentação do conhecimento. A “especialização” de estudantes (já na graduação) tende a ser ainda maior, devido a tendência de estabelecer a especificidade desde o início do processo de formação.

2. ALGUNS APONTAMENTOS INTRODUTÓRIOS...

Pretende-se abordar as questões norteadoras deste texto a partir de uma compreensão de cunho qualitativo. De acordo com Dartigues (1973, p.50), um geólogo não procura compreender uma pedra, “sua tarefa será somente a de analisar sua composição e determinar a época de sua formação, identificar sua procedência, etc”. O mesmo autor acrescenta que “convém falar de compreensão quando o fenômeno a compreender é animado por uma intenção”. Nesse sentido, a **intenção** do campo da Educação Física se constitui historicamente, de acordo com a **intenção** dos sujeitos que o constituem⁵. Isso se relaciona diretamente com formas hegemônicas ou não, de pensar o mundo e nessa direção, pode-se pensar na compreensão de alguns fenômenos que constituem o campo da Educação Física.

A partir disso, se torna possível articular alguns apontamentos, a fim de compreender de forma mais concreta, elementos que constituem a contemporaneidade do campo da Educação Física, nomeadamente: a ausência/empobrecimento do debate sobre o assunto, confusão epistemológica, livre mercado, dogma messiânico da salvação e a vigilância hierárquica, conforme considerações a seguir.

A ausência/empobrecimento do debate sobre o assunto...

A naturalização do contexto contemporâneo da Educação Física é uma questão que vem se apresentado com extrema facilidade, como se os problemas do campo já estivessem

⁵ Cabe destacar que se tem clareza das influências sociais, políticas e econômicas, impostas e/ou assimiladas pelos sujeitos que constituem o campo da Educação Física, que acabam transformando drasticamente suas intenções de acordo com diferentes interesses.

resolvidos. Isso carece de maior sustentação. Dessa forma, o debate vem se extinguindo gradativamente deste contexto. Por outro lado, basta estar cadastrado, por exemplo, na lista de discussões do CEV⁶, “Formação Profissional”, para perceber que não há um pensamento consensual no que se refere ao processo de regulamentação e das Novas Diretrizes Curriculares. Muito pelo contrário, a falta de consenso está muito presente nas mensagens que são encaminhadas por este meio de comunicação.

O cerne da discussão tem se resumido ao *locus* de atuação no mercado de trabalho dos egressos dos cursos de Educação Física (Licenciatura: campo escolar; Bacharelado: campo não-escolar), empobrecendo o debate e atrelando os processos de formação, ainda mais, aos ditames do mercado. O que está em debate, não é somente a estruturação de um curso que habilite a atuar em determinada fatia do mercado. Isso, por si só, já representa um sinal de que a superficialidade se apresenta como sendo um elemento muito presente. De fato, o que está em jogo é muito mais do que isso, conforme os próximos apontamentos irão evidenciar.

Uma confusão epistemológica...

O campo da Educação Física parece entrar em uma nova fase, não necessariamente melhor para os trabalhadores deste campo, amparada por argumentos que não conseguem sustentar grande parte dos encaminhamentos adotados. Percebe-se a ausência de argumentação teórica para diferenciar os processos de formação de professores/profissionais na lógica licenciatura/bacharelado. Além disso, questiona-se em que medida o cerne do conhecimento da Educação Física se diferencia nestas esferas.

Ao afirmar, por exemplo, que a diferença está no “perfil” necessário ao campo de atuação é, no mínimo, subestimar a capacidade intelectual construída nesse campo ao longo de sua história.

Enquanto muitos professores “engasgarem” ao entrar no debate referente a esta questão, se faz necessário um amadurecimento epistemológico. Quando não se pensa sobre o assunto, acredita-se que alguns pensariam por outros. Nessa direção, a preocupação em estabelecer uma identidade epistemológica permitiria maior compreensão das bases que sustentam ou constituem o campo em questão, o que não vem ocorrendo.

Assim sendo, não se apresentam evidências concretas a ponto de justificar a formação de profissionais no campo da Educação Física em dois segmentos, visto que ainda não há uma justificativa epistemológica a altura deste corte.

A perspectiva do livre mercado...

O discurso da empregabilidade vem constituindo outro elemento falacioso neste debate. Ao invés de lutar pela garantia das conquistas (históricas) da classe trabalhadora, parece ocorrer o contrário. Sob a lógica da liberalização, os direitos dos trabalhadores vem sendo, gradativamente, precarizados sob a égide da prestação de serviços. É necessário destacar que, se esta perspectiva de prestação de serviços vem se tornando uma forma de sobrevivência em muitos contextos, há que se refletir sobre como os trabalhadores se posicionam frente a isso e quais as condições que possuem para enfrentar esta situação.

Um aspecto a destacar sobre esta temática é que, se o pleno emprego vem se apresentando como elemento do passado, pensar na terceirização, como uma necessidade moderna, se aproxima da chamada Síndrome do Titanic: não há botes salva-vidas para todos.

⁶ Centro Esportivo Virtual. Disponível em www.cev.org.br

As academias de ginástica e escolinhas esportivas vêm se constituindo como um pólo de excelência neste quesito, que aponta para um cenário de “vale quanto trabalha”. Em sua maioria, os profissionais abrem mão da proteção social, ou seja, trabalham sem direito a repouso semanal remunerado, férias remuneradas, 13º salário, FGTS, entre outros. Outro paradoxo que se instala é que o profissional de Educação Física, oriundo de uma área considerada da saúde, acaba adoecendo⁷ devido às altas demandas impostas nestes espaços. Isso tudo em troca de um pretense *status* que lhe seria conferido, tal e qual, um profissional liberal. As leis de mercado cobram seu preço de diversas formas.

O dogma messiânico da salvação...

Há um discurso de salvacionismo messiânico, provocado pela ilusão de que a partir da Lei 9.696/98 e do processo de regulamentação, a “sociedade” irá respeitar os profissionais de Educação Física. Acredita-se que o respeito se conquista/constrói no cotidiano das relações presentes no mundo da vida, e não por decreto. Apresentam-se assim, alguns questionamentos.

Primeiro, para o imaginário social, só há o professor de Educação Física, independente se ele atua na academia, no clube ou na escola. Segundo, questiona-se sobre qual projeto de sociedade está presente nas proposições do CONFEF e das Novas Diretrizes Curriculares. As respostas para estas questões são de extrema pertinência ao debate.

Ao que parece, há um pretense dogma instaurado nos princípios constituídos pelo CONFEF e veiculados nos editoriais e e-mails veiculados pela Revista E.F. do CONFEF. É como se as proposições apresentadas pelo CONFEF fossem anunciar a *verdadeira* Educação Física. O dogma trata-se de uma maneira muito perigosa de lidar com a realidade ou com os anseios, desejos e expectativas dos envolvidos. Os excessos de grupos religiosos, registrados pela história, em nome da fé e do dogma têm sido catastróficos.

Talvez a busca pela compreensão da *episteme* dessas questões, ao invés da afirmação pelo dogma, possa ampliar a discussão acerca de elementos sinistros ao desenvolvimento do ser humano, desconsiderados pelos documentos do CONFEF: a neurose do trabalho, o esfriamento das relações humanas, a depredação de conquistas da classe trabalhadora, o esvaziamento crítico dos processos de formação profissional, entre tantos outros.

Embora tratar destas questões se aproximaria das proposições inerentes ao papel de um sindicato de classe, acredita-se que não é possível admitir que instituições construídas ao longo da história, tais como os conselhos e as universidades, se privem de enfrentar elementos tão preocupantes nas relações ser humano – mundo do trabalho.

A vigilância hierárquica...

Sob o pretexto de “cumprir a lei”, fiscais rastreiam a vida de trabalhadores, na ânsia de aumentar o número de registrados. Essa medida, inclusive nos contextos escolares, vem trazendo mais intranquilidade do que segurança aos “usuários” do sistema CONFEF.

Por ingenuidade ou atrelamento a lógica da regulamentação, algumas prefeituras e universidades tem exigido o registro profissional aos professores que pretendem realizar concurso público para docência. Esta medida torna-se inadequada considerando que os professores das escolas e universidades têm sua referência de exercício profissional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

⁷ Esta questão é paradoxal: lesões nas articulações, coluna e problemas de depressão, oriundos da alta carga de trabalho e dos baixos salários, vão se constituindo de forma bastante concreta, na velocidade imposta pelo livre mercado.

Além disso, o exercício de atividade docente na educação superior não se sujeita à inscrição do professor em órgão de regulamentação profissional, conforme artigo 69 do Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006⁸.

A partir destas posições, acredita-se que os rumos das relações entre CONFEF e trabalhadores do campo da Educação Física precisam de um amadurecimento. Na situação atual, ao que tudo indica, o amadurecimento somente poderá ocorrer a partir da análise das conseqüências do enfrentamento de diferentes posições, que se apresentam com uma correlação de forças extremamente desigual.

Buscando referências em Foucault (2005), é possível realizar uma analogia com a vigilância hierárquica, apresentada pelo autor: “A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes invenções técnicas do Século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder que traz consigo.” (pág. 146).

Essas novas mecânicas de poder se apresentam, em muito, na lógica da regulamentação, onde as relações entre os sujeitos se *coisificam*. Nessa esteira, corpos dóceis, como o referido autor sustenta, representam um patamar necessário na disputa pelo poder que se instaura no seio deste debate. Talvez o *Panóptico* de Bentham, citado por Foucault (2005), possa representar a metáfora que ilustra as considerações expressas neste texto. Assim, o policiamento espacial estrito, a hierarquia de poder, a inspeção constante, apoiada por um sistema de registro permanente, podem aproximar tranquilamente as considerações do referido autor a essência das considerações aqui traçadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS...

A partir dos apontamentos anteriores, se torna possível argumentar acerca de algumas considerações finais, ciente da impossibilidade de exaurir este tema e de estabelecer condições objetivas que permitam a superação de algumas das contradições discutidas neste texto. Porém, é possível pensar em contribuir com novos elementos que permitam a ampliação deste debate no cenário da Educação Física brasileira.

Faz-se necessário pensar em torno da reivindicação por dignidade no mundo do trabalho. É uma condição *sine qua non* na construção de espaços de luta, na mobilização em torno da defesa de conquistas dos trabalhadores e a possibilidade de que todos, independentemente de seu exercício profissional, tenham acesso a estas.

Há a necessidade de luta contra o processo de precarização das relações entre ser humano e trabalho, que vem levando as pessoas a trabalharem mais e mais, a fim de buscar a construção de uma vida com o mínimo de dignidade. Enfrentar esta situação, enquanto ainda é possível, trata-se de condição imperiosa no caminho da emancipação humana. A vida humana precisa ser pautada pelo tempo das necessidades humanas e não pelo tempo da produção.

Nessa perspectiva, novas questões vem se apresentando neste cenário, dignas de investigações, a fim de considerar as implicações percebidas pelos profissionais da área a partir do processo de regulamentação nas relações presentes no contexto dos cursos de EF, como por exemplo: Quais implicações têm se verificado na produção e veiculação de conhecimentos nos cursos de Educação Física, tanto nos espaços de sala de aula como nas pesquisas produzidas pelos professores? A fundamentação teórica proposta pelos projetos pedagógicos de curso tem se preocupado com este cenário? A ênfase no processo de formação tem se limitado a questões técnicas ou tem ampliado a formação para um

⁸ Fonte: http://www.inep.gov.br/superior/avaliacao_institucional/legislacao.htm, acessado em 05/01/2007.

exercício político de cidadania? Como os profissionais que constituem este campo vem se articulando frente aos desafios aqui evidenciados?

Posicionar-se de forma crítica frente a estas questões pode ser um passo importante, tanto na direção de contribuir para a promoção de desequilíbrios, quanto na direção de constituir **focos de rupturas** no *status quo* (REZER, 2003, 2006). Tais rupturas seriam representadas por focos de resistência ao paradigma hegemônico estabelecido nos processos de formação inicial deste campo, que se constituem a partir de resistências organizadas, o quanto ainda se possa, ao processo de esvaziamento da capacidade crítico-reflexiva e do poder de indignação de docentes e discentes.

Considera-se pertinente também, refletir acerca de algumas perspectivas de avanço nesse cenário, fruto de elementos que vão se constituindo, de acordo com as posições assumidas ao longo deste texto, conforme a seguir.

Um ponto importante se apresenta a partir da necessidade de maior **aprofundamento teórico** por parte dos sujeitos que constituem este campo. Acredita-se que não há outra forma de possibilitar a ampliação das perspectivas de intervenção, senão tratar da ampliação das perspectivas de entendimento dos fenômenos que se apresentam no campo da Educação Física e suas relações com o mundo do trabalho. Como exemplo, não basta ser a favor ou contra determinada questão, é necessário fundamentar e sustentar posições a partir da força dos argumentos e não, como comumente observa-se, do argumento da força.

A constituição de **fóruns de discussão** acerca do cenário atual do campo da Educação Física brasileira, a partir da interlocução concreta entre os diferentes contextos que a constituem, trata-se de elemento indispensável ao estado democrático, a fim de debater acerca das “regras do jogo”, suas possibilidades e limitações. Nessa perspectiva, considera-se necessário instaurar um movimento, onde os sujeitos que constituem o campo da Educação Física tenham direito a vez e voz. Além disso, há necessidade de minimizar o distanciamento de entidades organizadas, tais como o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) do cotidiano dos sujeitos que constituem o campo da Educação Física.

Obstante a isso, essa proposição de fóruns de discussão não se refere somente a determinação estabelecida por instâncias superiores, mas sim de conquistas pertinentes aos sujeitos em seu lócus de atuação, representado na luta por estes espaços de discussão em escolas, clubes, academias, enfim, nos cenários de intervenção. Talvez, no momento atual, esteja nas pequenas lutas as maiores possibilidades de compreender o cenário contemporâneo das questões apresentadas ao longo deste texto.

Outro ponto significativo nesse debate trata-se da **articulação política**⁹ com os segmentos que compõe o campo da Educação Física. Como são as relações entre as comunidades que compõem este campo? Elas se vêem nas decisões estabelecidas? Nessa direção, proporcionar fóruns de discussão acerca dos rumos (reuniões, debates,...), traz um sentimento de pertencimento, onde tais sujeitos podem se perceber como parte dos encaminhamentos acordados, no sentido de enfrentar (o quanto ainda se possa) a idéia de trabalhadores como simples consumidores de políticas impostas de cima para baixo. Nessa direção, não se trata de pensar em consenso, mas sim, na possibilidade de que os sujeitos que constituem o campo da Educação Física tenham mais direito ao esclarecimento, na condução da organização deste campo, mesmo tendo ciência da desigual correlação de forças presentes no mundo do trabalho.

Finalizando, concorda-se com Fensterseifer (2001) quando afirma que diante da complexidade, é melhor ficar verdadeiramente angustiado pela dúvida, do que falsamente

⁹ Cabe salientar que esta proposição se manifesta no sentido de entender política como a possibilidade de co-participar conscientemente na condução do destino do campo em questão.

esclarecido, o que representa possibilidades de resistência aos ventos neoliberais que tanto sopram na contemporaneidade. Talvez esta perspectiva possa se apresentar como uma posição política possível de ser assumida com dignidade, em tempos de “barbárie”.

4. REFERÊNCIAS:

BERTICELLI, I.A. **Epistemologia e educação** – da consciência, auto-organização e caos. Argos: Chapecó, 2006.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

FENSTERSEIFER, P.E. **A Educação Física na crise da modernidade**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 30. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HUNGER, D. *et al.* Educação Física. In: HADDAD, A.E. et al. (Org.) **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde: 1991 a 2004**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p.87-139.

KUNZ, E. Formação profissional em Educação Física: revisões e alienações. **Revista Motrivivência**, v.15, n.20-21, 2003.

MOLINA NETO, V.; MOLINA, R.M.K. Identidade e perspectivas da Educação Física na América do Sul – formação profissional em Educação Física no Brasil. In: BRACHT, V.; CRISORIO, R. (Org.) **A Educação Física no Brasil e na Argentina** – identidade, desafios e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2003.

MOLINA NETO, V.; MOLINA, R.M.K.; SILVA, L.O.; DIEHL, V.R.O. Os desafios da formação continuada em educação física: nexos com o esporte, a cultura e a sociedade. In: REZER, R. (ORG.) **O fenômeno esportivo** – ensaios crítico-reflexivos. Chapecó: Argos, 2006.

NOZAKI, H. T. Regulamentação da profissão e Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física. In: ALMEIDA, R. (Org.). **Os bastidores da Regulamentação do profissional de Educação Física**. Vitória: Centro de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, 2002.

REZER, R. **A prática pedagógica em escolinhas de futebol/futsal** – possíveis perspectivas de superação. Dissertação (Mestrado). Centro de Desportos. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2003.

REZER, R. (Org.). O fenômeno esportivo: ponderações acerca das contradições do paradigma da 'iniciação'.... In: REZER, R. (ORG.) **O fenômeno esportivo** – ensaios crítico-reflexivos. Chapecó: Argos, 2006.

SAUTCHUK, C.E. Regulamentação. In: GONZÁLES, J.F. E FENSTERSEIFER, P. (Org). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

Contato:

Ricardo Rezer.
Rua Domingos Cherubin, 91-D.
B. Palmital. CEP: 89814120.
Chapecó (SC).
rrezer@hotmail.com

Juarez Vieira do Nascimento
Rua Berlim, 52. B. Córrego Grande.
CEP: 88037325
Florianópolis (SC).
juarezvn@cds.ufsc.br